

700

QUESTÕES

COM RESPOSTAS



SÓ  **QUESTÕES**

VUNESP

FUNDAÇÃO PARA O VESTIBULAR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Informática
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Administrativo

- ▶ Administração Geral e Pública
- ▶ Direito Penal
- ▶ Direito Processual Penal
- ▶ Direito Civil
- ▶ Direito Processual Civil





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





VUNESP

FUNDAÇÃO PARA O VESTIBULAR DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL PAULISTA

GABARITANDO 700 Questões Gabaritadas

CÓD: OP-154JH-26
7908403597680

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática e Raciocínio Lógico	49
3. Informática.....	65
4. Direito Constitucional	83
5. Direito Administrativo.....	103
6. Administração Geral e Pública	121
7. Direito Penal	137
8. Direito Processual Penal	153
9. Direito Civil.....	171
10. Direito Processual Civil.....	189

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (VUNESP - 2024)

O desafio

Vou desafiar meus leitores e minhas leitoras. É um convite a uma posição mais científica na formulação de opiniões. Meu texto de hoje tem dois objetos: um é de memória de um centenário, outro é uma metodologia de pensamento.

Começo pela metodologia. O pensamento científico tenta enfrentar o que for “preconceito”. Dentre muitos sentidos, a palavra indica um conceito surgido antes da experiência, algo que está na cabeça sem observação da realidade. O indivíduo é um evangélico fervoroso e, por causa da sua fé, evita ler um bom texto do Papa Francisco, por exemplo. Obviamente, o mesmo ocorre com o católico convicto em relação a outros credos.

Existem os que conhecem algo de uma referência, porém apenas tomaram contato com trechos, excertos, frases perdidas. Talvez Platão e a Bíblia sejam as vítimas mais frequentes desse mal. Como na parábola dos cegos que apalpam um elefante, uns imaginam que a forma do mamífero seja a de uma espada por tocarem no marfim, outro afirma ser uma parede por tocar em seu abdômen e um terceiro garante que é uma mangueira por ter encostado, exclusivamente, na tromba.

Passemos ao centenário e à união dos dois temas. A 19 de setembro de 1921, ou seja, há cem anos, nascia o recifense Paulo Reglus Neves Freire. Filho de classe média urbana, enfrentou dificuldades, porém seguiu o curso de Direito e começou a lecionar português. Seu olhar agudo esbarrava em um grande problema do Brasil: a alfabetização de adultos. Os métodos tradicionais causavam desistência. Apenas para dar uma breve indicação do tamanho do desafio: em 1906, de cada mil habitantes do Estado de Pernambuco, 193 eram alfabetizados e 807 analfabetos. Na área aproximada da então capital Rio de Janeiro, a alfabetização ultrapassava 50% da população. Éramos um país rural e com poucos leitores. Deixamos de ser um país rural...

O quadro foi mudando lentamente ao longo do século 20, sem nunca ter conseguido eliminar a gravidade do analfabetismo. Como construir uma sociedade produtiva e minimamente justa com analfabetismo, letramento imperfeito, dificuldades estruturais de leitura e de interpretação de texto?

Paulo Freire concebeu um modelo de alfabetização novo. Partiu do universo dos alunos em um célebre experimento com cortadores de cana. Empoderou os alunos que deixaram de ser receptores passivos de uma escola informativa, baseada na memória e com autoridade do professor. Escreveu sobre alguns dos seus fracassos que motivaram aperfeiçoamentos no método.

(Leandro Karnal. O Estado de S.Paulo, 19 de setembro de 2021.

Adaptado

Na passagem – Talvez Platão e a Bíblia sejam as vítimas mais frequentes desse **mal**. – o termo destacado está empregado como

(A) adjetivo, e refere-se à pouca atenção que as pessoas dedicam à leitura da Bíblia e das obras de Platão.

(B) substantivo, e retoma o sentido da concepção que o evangélico e o católico têm das obras do Papa.

(C) adjetivo, e qualifica os leitores evangélicos e os católicos como maus leitores da Bíblia.

(D) advérbio, e intensifica o mal que a divergência de ideias da Bíblia e de Platão exerce sobre os homens.

(E) substantivo, e reporta à ideia de que nem a obra de Platão nem a Bíblia são lidas na íntegra.

2. (VUNESP - 2023)

“Costurei um agasalho
com tecido de amor,
a linha da caridade
foi o fio condutor.

Agulhas de compaixão,
estampas de gratidão.
Fiz um bolso aqui no peito

AMOSTRA

para encher de bondade,
para vestir a humanidade
que no fundo ainda tem jeito.”

(Bráulio Bessa. Disponível em: <http://www.tudoepoema.com.br>.
Acesso em: 27.06.2023. Adaptado)

No trecho do poema, – Fiz um **bolso** aqui no peito / para encher de **bondade**... –, as palavras “bolso” e “bondade”, na ordem em que se apresentaram, são

- (A) feminina e masculina.
- (B) masculina e feminina.
- (C) feminina e feminina.
- (D) masculina e masculina.

3. (VUNESP - 2025)

Leia o texto a seguir para responder à questão.

Trabalho infantil: crianças impedidas em nome da sobrevivência

O trabalho infantil expõe a desigualdade e a indiferença ao direito de ser criança. “O trabalho infantil impede que crianças desenvolvam, em toda potência, suas habilidades e capacidades em um contexto saudável. Consiste na violação à regra constitucional de prioridade absoluta à garantia dos direitos às crianças e aos adolescentes. As consequências geram efeitos para toda a vida, alimentando o ciclo de pobreza e exclusão social”, ressalta Mariana Zan, advogada do Instituto Alana.

Segundo relatórios, 160 milhões de crianças e adolescentes vivem atualmente em situação de trabalho infantil no mundo, sendo cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes no Brasil. Mais da metade tem entre 5 e 11 anos. Os números reforçam a cultura de que é normal crianças trabalharem para sobreviver. Vê-se que a sociedade ignora o direito à infância. No interior do Pará, encontramos o caso de Vilciney Silva. “Com nove anos, eu ia para a feira vender coxinha de manhã e pamonha à tarde. Nos fins de semana, eu vendia amendoim nas festas. Morava com meus avós e não tinha tempo para brincar nem estudar. A gente tinha que existir e se alimentar”, conta.

Hoje, pai de três meninos, faz questão de brincar quando estão juntos. Para ele, é o momento de alegria que descobriu já adulto. O trabalho durante a infância não era uma opção. Tinha que fazer. “Eu me questionava se ia conseguir as coisas sem a escola. Mas entre estudar e ter comida, a fome

falava mais alto”, diz. Prestes a terminar o curso de licenciatura em Educação do Campo, ele quer seguir os estudos e fazer mestrado. Os sonhos do menino que trabalhava na feira foram adiados por muito tempo. “Percebi a necessidade de estudar e que, para o pobre, as dificuldades sempre acontecem, mas a gente não tem que desistir”, conclui.

(Célia Fernanda Lima. “Trabalho infantil: crianças impedidas em nome da sobrevivência”. Lunetas. 13.06.2022. Adaptado)

Assinale a alternativa em que a palavra em destaque na frase tem função de adjetivo, ou seja, atribui uma qualidade a outra palavra.

- (A) As consequências geram **efeitos** para toda a vida... (1º parágrafo)
- (B) ... garantia dos direitos às **crianças** e aos adolescentes. (1º parágrafo)
- (C) O trabalho **infantil** expõe a desigualdade... (1º parágrafo)
- (D) ... crianças e adolescentes vivem **atualmente** em situação de trabalho infantil... (2º parágrafo)
- (E) “Eu me questionava se ia **conseguir** as coisas sem a escola.” (3º parágrafo)

4. (VUNESP - 2025)

Leia o texto para responder à questão.

Singular ocorrência

–Há ocorrências bem singulares. Está vendo aquela dama que vai entrando na igreja da Cruz? Parou agora no adro para dar uma esmola.

–De preto?

–Justamente; lá vai entrando; entrou.

–Não diga mais nada. Esse olhar está dizendo que a dama é uma sua recordação de outro tempo, e não há de ser de muito tempo, a julgar pelo corpo: é moça de truz*.

–Deve ter quarenta e seis anos.

–Ah! conservada. Vamos lá; deixe de olhar para o chão, e conte-me tudo. Está viúva, naturalmente?

–Não.

–Bem; o marido ainda vive. É velho?

–Não é casada.

–Solteira?

–Assim, assim. Deve chamar-se hoje D. Maria de tal. Em 1860, florescia com o nome familiar de Marocas. Não era costureira, nem proprietária, nem mestra de meninas; vá excluindo as profissões e lá

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (VUNESP - 2025)

Um conjunto de todos os resultados possíveis de um fenômeno aleatório, hipoteticamente estudado, é chamado de

- (A) frequência relativa.
- (B) espaço amostral.
- (C) teorema da soma.
- (D) eventos aleatórios.
- (E) fenômeno aleatório.

2. (VUNESP - 2022)

Em uma cidade, 40% de indivíduos são homens e 60% mulheres. Entre os homens, 20% estão desempregados, enquanto entre as mulheres, esse índice cai para 10%. Ao escolher um trabalhador sem emprego ao acaso, qual a probabilidade de ser mulher?

- (A) 20%.
- (B) 25%.
- (C) 37%.
- (D) 43%.
- (E) 50%.

3. (VUNESP - 2025)

Em uma gincana, Marina participa de um sorteio com uma urna que contém quatro cartões de papel: um verde, um amarelo e dois brancos. Ela retira um cartão de papel da urna e, se ele for

- verde, ganha o prêmio e o sorteio termina;
- branco, não recebe nada e o sorteio termina;
- amarelo, ela tem direito a uma nova retirada, sem reposição do papel amarelo.

Qual é a probabilidade de Marina ganhar o prêmio?

- (A) $\frac{1}{3}$
- (B) $\frac{3}{4}$
- (C) $\frac{2}{3}$

- (D) $\frac{1}{2}$
- (E) $\frac{1}{4}$

4. (VUNESP - 2025)

Para que exista o complementar do conjunto M em um universo N, é necessário que

- (A) $N \subset M$.
- (B) $M \subset N$.
- (C) $N \neq M$.
- (D) $M = N$.
- (E) $N = \emptyset$.

5. (VUNESP - 2022)

Uma fazenda tem 14 funcionários e todos sabem cuidar de cavalos ou bois ou cachorros. Apenas um funcionário sabe cuidar de qualquer uma dessas espécies e quem sabe cuidar de boi, também sabe cuidar de cavalo. O número de funcionários que cuidam apenas de cavalos é igual ao número dos que cuidam apenas de cavalos e bois. O funcionário que sabe cuidar de ambos, cavalos e cachorros, também sabe cuidar de bois e 5 funcionários só sabem cuidar de cachorros.

O número de funcionários que sabe cuidar apenas de cavalos é

- (A) 3.
- (B) 6.
- (C) 5.
- (D) 7.
- (E) 4.

6. (VUNESP - 2023)

Para determinar em uma dieta de emagrecimento a quantidade de carboidratos que uma pessoa deve ingerir por dia, o nutricionista Heitor calcula 4 gramas de carboidratos para cada quilograma de massa corporal que a pessoa possui.

AMOSTRA

Segundo esse cálculo de Heitor, é **correto** afirmar que uma pessoa, cuja massa corporal seja igual a 95 kg, poderá ingerir de carboidratos, por dia, o total de

- (A) 380 gramas.
- (B) 360 gramas.
- (C) 350 gramas.
- (D) 320 gramas.

7. (VUNESP - 2023)

Com a quantidade de objetos do tipo A e de objetos do tipo B que se tem, é possível montar 40 *kits* contendo, cada um, 3 unidades do objeto do tipo A e 4 unidades do objeto do tipo B, sem sobrar objeto algum. Para montar 60 *kits* de forma que cada um contenha uma unidade a menos de cada tipo de objeto, sem sobras, deve-se acrescentar, ao grupo original de objetos,

- (A) somente 20 objetos do tipo A.
- (B) 15 objetos do tipo A e 5 objetos do tipo B.
- (C) 10 objetos do tipo A e 10 objetos do tipo B.
- (D) 5 objetos do tipo A e 15 objetos do tipo B.
- (E) somente 20 objetos do tipo B.

8. (VUNESP - 2023)

Em uma grande avenida, há um telefone público a cada 120 metros e um posto policial a cada 250 metros. Jonas está em um ponto da avenida onde há um telefone público e um posto policial. Então, para que encontre, novamente, um ponto da avenida onde haja um telefone público e um posto policial, Jonas terá que caminhar por, no mínimo,

- (A) 370 metros.
- (B) 720 metros.
- (C) 1.200 metros.
- (D) 2.500 metros.
- (E) 3.000 metros.

9. (VUNESP - 2022)

Em uma festa foram preparados copos de suco de laranja e copos de suco de uva, de modo que, para cada 2 copos de suco de laranja, havia 3 copos de suco de uva.

Se o número de copos de suco de laranja era 18, o número total de copos de suco (laranja + uva) preparados foi

- (A) 48.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 38.
- (E) 34.

10. (VUNESP - 2025)

Uma região retangular de medidas 5,18 m × 3,33 m deve ser dividida em quadrados iguais, de maneira a não deixar áreas da região sem divisão. Nessas condições, o menor número de quadrados em que essa divisão pode ser feita é

- (A) 144.
- (B) 140.
- (C) 138.
- (D) 132.
- (E) 126.

11. (VUNESP - 2025)

A cada 15 dias, André realiza um serviço voluntário, enquanto Ana realiza o mesmo serviço, a cada 25 dias, independentemente de os dias serem úteis ou não.

Na segunda-feira da semana passada, eles se encontraram no local do serviço comunitário. Isso significa que a próxima vez em que Ana e André se encontrarão no local desse serviço será em

- (A) um sábado.
- (B) um domingo.
- (C) uma terça-feira.
- (D) uma quarta-feira.
- (E) uma quinta-feira.

12. (VUNESP - 2023)

Determinado número de pastas serão colocadas em algumas prateleiras de uma estante, de modo que cada prateleira utilizada fique com o mesmo número de pastas. Nessas condições, é possível colocar 30 pastas em cada prateleira, ou 40 pastas, ou 45 pastas, e qualquer que seja a opção, não restará pasta alguma fora das prateleiras. Sabendo que, no total, há menos de 400 pastas, então, se forem colocadas 45 pastas em cada prateleira, o número de prateleiras necessárias será

- (A) 9.
- (B) 8.
- (C) 7.
- (D) 6.
- (E) 5.

INFORMÁTICA

1. (VUNESP - 2026)

O Microsoft Word 365, em sua configuração original, tem a funcionalidade de inserção de objetos em um documento, acessível por meio da guia Inserir, subitem Texto, opção Objeto.

Assinale a alternativa que contém o tipo de conteúdo passível de ser adicionado por meio dessa funcionalidade.

- (A) Vídeo diretamente do site Youtube.
- (B) Animações *Flash* funcionais.
- (C) Vídeo .mp4 para reprodução no próprio arquivo.
- (D) Arquivo compactado .zip.
- (E) Aplicativo móvel com suas respectivas funcionalidades.

2. (VUNESP - 2025)

Um analista de processo criou um novo documento vazio do MS-Word 365, em sua configuração padrão, e executou as ações a seguir, nessa ordem.

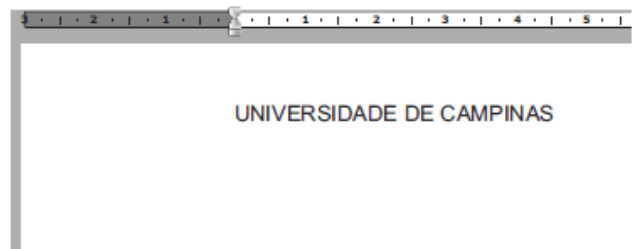
- 1– Digitou a palavra Prefeitura.
- 2– Pressionou o botão itálico.
- 3– Pressionou Enter.
- 4– Digitou a palavra De.
- 5– Pressionou o botão negrito.
- 6– Pressionou Enter.
- 7– Digitou a palavra Campinas.
- 8– Pressionou o botão sublinhado.
- 9– Pressionou Enter.
- 10– Digitou a palavra Vunesp.
- 11– Pressionou o botão itálico.

Após todas as ações descritas, a quantidade de palavras com formatação em itálico, negrito e sublinhado são, respectivamente:

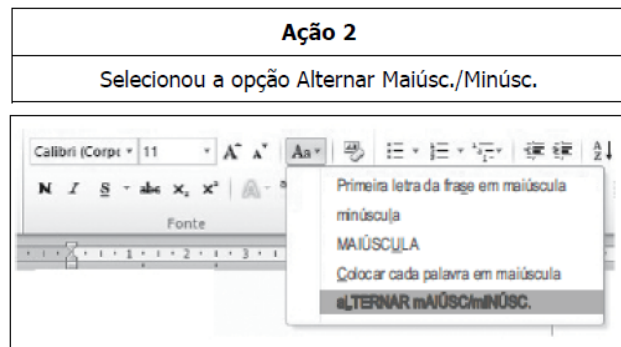
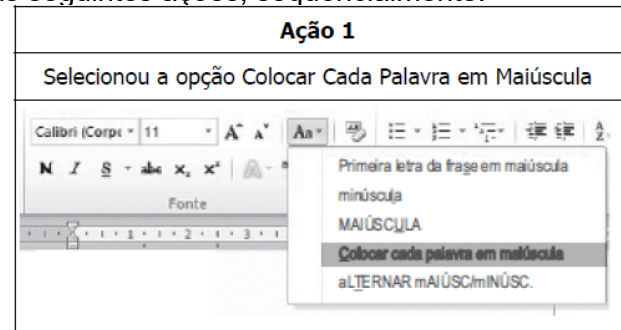
- (A) 2; 1 e 1.
- (B) 3; 1 e 1.
- (C) 2; 1 e 0.
- (D) 3; 2 e 1.
- (E) 2; 2 e 1.

3. (VUNESP - 2024)

Tem-se o seguinte texto criado no Microsoft Word 2019, em sua configuração original.



Um usuário selecionou todo o texto e executou as seguintes ações, sequencialmente:



O resultado final é:

- (A) uNIVERSIDADE DE cAMPINAS
- (B) universidade de campinas
- (C) Universidade de Campinas
- (D) Universidade De Campinas
- (E) uNIVERSIDADE dE cAMPINAS

AMOSTRA

4. (VUNESP - 2024)

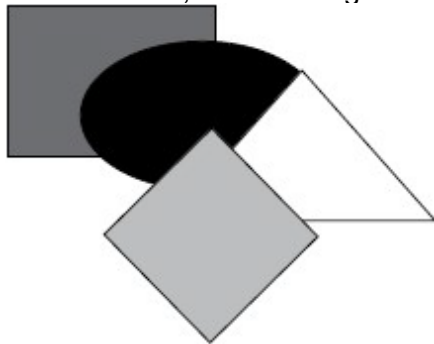
Um usuário, utilizando o MS-Word 365 em sua configuração- padrão, adicionou uma imagem como marca d'água em um documento e, em seguida, enviou esse documento para impressão.

Assinale a alternativa correta sobre a impressão do referido documento.

- (A) A marca d'água, por padrão, não será impressa.
- (B) A marca d'água, por padrão, será impressa somente na página inicial do documento.
- (C) A marca d'água, por padrão, será impressa em todas as páginas em que foi adicionada.
- (D) Será exibida uma mensagem ao usuário para que ele confirme se deseja realizar a impressão com a marca d'água.
- (E) A marca d'água, por padrão, apenas é impressa se for apenas texto; como nesse caso trata-se de uma imagem, ela não será impressa.

5. (VUNESP - 2024)

Um usuário do MS-Word do Microsoft 365, em português e em sua configuração padrão (tendo como base a versão 2016), inseriu, na sequência, os seguintes objetos do tipo forma, todos com preenchimento: retângulo, elipse, triângulo e losango. Cada um desses objetos sobrepõe parcialmente o anteriormente inserido, conforme figura.



Caso o botão Avançar seja pressionado, estando selecionado(a)

- (A) o retângulo, ele passará a ficar à frente da elipse e atrás do triângulo e do losango.
- (B) o triângulo, ele ficará à frente do retângulo e atrás das demais formas.
- (C) a elipse, ela permanecerá à frente do retângulo e atrás das demais formas.
- (D) o losango, ele passará a ficar atrás de todas as demais formas.
- (E) a elipse, ela passará a ficar à frente de todas as demais formas.

6. (VUNESP - 2024)

Usando o Microsoft Word 365, em sua configuração padrão, um usuário está revisando uma certidão de intimação e precisa garantir que todas as alterações feitas por diferentes colaboradores sejam identificadas para serem aprovadas ou recusadas antes da versão final. Assinale a alternativa com a ferramenta no Microsoft Word que deve ser usada.

- (A) Executar o comando CTRL+Z para isolar as alterações feitas no documento.
- (B) Ativar a função Proteger, através do ícone Proteger, guia Revisão.
- (C) Ativar a Acessibilidade do documento, através do ícone Verificar Acessibilidade, opção Foco, do menu Acessibilidade, guia Revisão.
- (D) Ativar o Modo de Leitura para revisar o documento sem fazer alterações.
- (E) Utilizar o Controle de Alterações, através do ícone Controlar Alterações, opção Para Todas as Pessoas, a partir da guia Revisão, para registrar todas as modificações feitas no documento e poder, posteriormente, aprová-las ou rejeitá-las.

7. (VUNESP - 2023)

A imagem a seguir mostra uma tabela com 6 células, elaborada por meio do MS-Word 365, em sua configuração padrão. Em cada célula foi aplicado um alinhamento de parágrafo para uma única letra digitada. Não foram utilizados caracteres brancos nem recuos.

A	B	C
D	E	F

Ao marcar o conteúdo de todas as células da tabela e formatar o alinhamento interno de cada célula para justificado, o número de células da tabela que terão o visual modificado é

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (VUNESP - 2026)

É dia de votação, na Câmara Municipal da cidade X, do projeto de lei que trata da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos. O tema desperta forte mobilização no funcionalismo, pois, segundo os representantes das categorias profissionais, a revisão não tem sido suficiente para recompor, em termos reais, o poder de compra dos agentes públicos. Por essa razão, foi organizada uma grande manifestação, havendo notícias de que milhares de servidores, ativos e aposentados, estão se dirigindo à sede do Poder Legislativo para exercer pressão política sobre os vereadores. Diante desse cenário, a presidência da Câmara Municipal comunica o fato à Guarda Municipal e solicita o deslocamento de efetivo para o local. Antes de determinar a atuação da corporação, o comandante da Guarda decide rememorar, com seus subordinados, alguns aspectos constitucionalmente relevantes acerca da situação.

Com base na hipótese apresentada e na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) a guarda municipal não pode, em qualquer hipótese, adotar providências para impedir que os manifestantes, ainda que em grande número, entrem nas dependências da Câmara.
- (B) os servidores públicos possuem, de fato, o direito à revisão da remuneração anual, pelos índices oficiais de inflação.
- (C) a manifestação será ilegal, caso não tenha sido previamente autorizada pela autoridade pública competente.
- (D) os servidores públicos possuem, como qualquer indivíduo, o direito fundamental à reunião e de associação, e a realização da manifestação deve ter sido previamente avisada à autoridade competente.
- (E) a manifestação será válida se não implicar obstrução de vias públicas, for precedida de autorização judicial e não afetar o direito de ir e vir dos demais munícipes.

2. (VUNESP - 2025)

Conforme artigo 5o, XLII, da Constituição Federal de 1988, e artigo 6o, § Único das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, os casos que caracterizam racismo serão tratados como

- (A) crime afiançável.
- (B) crimes imprescritíveis e inafiançáveis.
- (C) crime de menor potencial ofensivo.
- (D) infração penal de nível gravíssimo.
- (E) infração penal de nível médio.

3. (VUNESP - 2025)

Assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal no que diz respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos.

- (A) É livre a manifestação da liberdade de expressão e do pensamento, sendo garantido o anonimato.
- (B) É garantida a liberdade de crença, devendo o poder público incentivar e promover o exercício dos cultos religiosos.
- (C) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- (D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtida a devida autorização.
- (E) A casa é asilo inviolável e ninguém nela pode penetrar, sem consentimento do morador, salvo durante à noite, por determinação judicial.

4. (VUNESP - 2025)

Sinval, funcionário público estadual, numa discussão acalorada em seu ambiente de trabalho, se dirigiu de forma desrespeitosa à sua colega utilizando de insulto verbal considerado crime de racismo. Nessa situação, considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Sinval

AMOSTRA

- (A) cometeu crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- (B) estará sujeito a responder por racismo, imprescritível, sujeito à pena de detenção, mas afiançável.
- (C) responderá por crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão, mas prescritível.
- (D) poderá ser preso e, se condenado judicialmente, ficará sujeito à pena de trabalhos forçados.
- (E) cometeu crime hediondo considerado inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

5. (VUNESP - 2025)

De acordo com as determinações do art. 5o da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), é um crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão:

- (A) o desacato à censura estabelecida em lei.
- (B) a omissão do dever de matrícula escolar.
- (C) a prática do racismo.
- (D) o consumo de drogas ilícitas.
- (E) a recusa de classe especial à pessoa com deficiência.

6. (VUNESP - 2024)

A observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção, prevista pela lei brasileira, destina-se a assegurar o direito fundamental de

- (A) educação formal.
- (B) inclusão social.
- (C) uso do livro.
- (D) acessibilidade em organizações culturais.
- (E) acesso à informação.

7. (VUNESP - 2023)

No tocante às associações, a Constituição Federal estabelece que

- (A) é livre a sua criação e funcionamento, para fins lícitos, salvo as de caráter paramilitar que dependem de autorização expressa do Exército Brasileiro.
- (B) a sua criação e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo, porém, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

(C) só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, mas, no primeiro caso, será exigido o trânsito em julgado.

(D) as entidades associativas, independentemente de autorização, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

(E) ninguém poderá ser compelido a associar-se, mas uma vez integrante da associação terá o dever de permanecer associado, sob pena de multa.

8. (VUNESP - 2023)

Num plantão de uma delegacia de polícia, agentes policiais apresentaram à autoridade policial dois indivíduos que foram detidos naquela noite. Hermes foi preso por ter cometido o crime de tráfico ilícito de entorpecentes e Ariadne pela prática do racismo. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Constituição Federal, é **correto** afirmar que

(A) Hermes e Ariadne cometeram crimes insuscetíveis de graça ou anistia, devendo ser-lhes assegurada a assistência da família e de advogado, tendo eles direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, sendo que Ariadne, se condenada, deverá cumprir a pena em estabelecimento distinto em razão do sexo do apenado.

(B) Hermes cometeu crime inafiançável e imprescritível, e terá direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, sendo que Ariadne cometeu crime insuscetível de graça ou anistia, tendo ela direito a que se comunique imediatamente a respeito do local onde se encontra ao juiz competente e à sua família ou à pessoa por ela indicada.

(C) Hermes cometeu crime insuscetível de graça ou anistia e terá direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, sendo que Ariadne cometeu crime inafiançável e imprescritível, tendo ela direito a que se comunique imediatamente a respeito do local onde se encontra ao juiz competente e à sua família ou à pessoa por ela indicada.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (VUNESP - 2025)

Um fiscal municipal, como servidor público, no exercício da função pública, deve lidar com o público externo aplicando uniformemente a lei, sem fazer distinção de qualquer espécie. Não deve, por exemplo, diferenciar, no tratamento, pessoas desconhecidas e pessoas conhecidas, ou que venham “indicadas” por esta ou aquela autoridade para receber tratamento diferenciado. Tal obrigação está apoiada em um dos cinco princípios constitucionais definidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, que trata da Administração Pública, e reafirmado pela Lei Orgânica do Município, no *caput* do artigo 88.

Trata-se do princípio da

- (A) equidade.
- (B) igualdade.
- (C) publicidade.
- (D) honestidade.
- (E) impessoalidade.

2. (VUNESP - 2023)

A necessidade da Administração conferir tratamento igual aos administrados que se encontra em situação jurídica equivalente está diretamente atrelada ao princípio da

- (A) legalidade.
- (B) moralidade.
- (C) publicidade.
- (D) impessoalidade.
- (E) eficiência.

3. (VUNESP - 2023)

A respeito do princípio da publicidade da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O princípio da publicidade impõe à Administração a adoção da transparência ativa e passiva.
- (B) A fim de cumprir o dever de informar, a Constituição Federal assegura que o acesso a informações públicas deve ser realizado

independentemente do pagamento de taxa e da cobrança de valores ressarcitórios para a sua reprodução.

(C) A publicidade, em regra, funciona no Direito Brasileiro como condição de validade dos atos administrativos.

(D) A publicidade de atos, programas e serviços e campanhas de órgãos públicos tem como objetivo educar, informar e orientar, não sendo vedado, em função do princípio democrático, vinculá-la ao gestor público legitimamente eleito.

(E) O princípio da publicidade impõe que o gestor veicule na internet a cópia integral de todos os atos realizados no exercício da função administrativa.

4. (VUNESP - 2023)

Como integrante da Administração Pública, o Fiscal de Posturas deve pautar-se, dentre outros, pelos cinco princípios enunciados expressamente no caput do artigo 37 da Constituição Federal, a saber:

- (A) cordialidade, moralidade, hierarquia, eficiência e eficácia.
- (B) legalidade, cordialidade, moralidade, hierarquia e eficiência.
- (C) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (D) democracia, participação popular, transparência, ética e eficácia.
- (E) impessoalidade, ética, democracia, participação popular e transparência.

5. (VUNESP - 2022)

A respeito dos princípios do Direito Administrativo, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O princípio da moralidade administrativa impede a prática do nepotismo na Administração Pública, estendendo-se a vedação a nomeações de cargos políticos.

AMOSTRA

(B) É compatível com o princípio da legalidade a ação administrativa que, embora não esteja estritamente autorizada por lei, tem por base os princípios constitucionais e visa assegurar os direitos fundamentais do cidadão.

(C) O princípio da eficiência exige que a correção da ação administrativa seja analisada exclusivamente sob o prisma econômico.

(D) O princípio da impessoalidade não impede a realização de propagandas que tenham por objetivo promover a imagem do gestor público.

(E) Em função do princípio da publicidade, todos os atos administrativos devem ter o seu conteúdo veiculado no Diário Oficial do respectivo ente federativo.

6. (VUNESP - 2024)

O princípio da Supremacia do Interesse Público visa garantir a

(A) transparência, a publicidade e a fiscalização da administração pública.

(B) autossuficiência, a celeridade e a responsabilidade da administração pública.

(C) qualidade, a acessibilidade e a universalidade dos serviços públicos.

(D) legitimidade, a finalidade e a indisponibilidade da administração pública.

(E) racionalidade, a proporcionalidade e a moralidade da administração pública.

7. (VUNESP - 2022)

Assinale a alternativa que contenha somente princípios implícitos da Administração Pública.

(A) Interesse público, razoabilidade e eficiência.

(B) Legalidade, moralidade e publicidade.

(C) Finalidade, impessoalidade e motivação.

(D) Eficiência, ampla defesa e proporcionalidade.

(E) Razoabilidade, indisponibilidade e finalidade.

8. (VUNESP - 2022)

A respeito dos elementos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

(A) A competência é um dos elementos do ato administrativo e, excepcionalmente, recebe a influência do direito privado, por exemplo, a derogabilidade e a prorrogação da competência.

(B) O objeto do ato administrativo é meio pelo qual se exterioriza a vontade da Administração, devendo ser lícito, determinado ou determinável.

(C) Motivo e motivação são institutos autônomos e o motivo deve ter congruência com o resultado do ato administrativo.

(D) A finalidade se confunde com o objeto do ato administrativo, de acordo com a doutrina dominante.

(E) Assim como no direito privado, no âmbito do ato administrativo atualmente vigora o princípio da liberdade das formas.

9. (VUNESP - 2022)

A respeito dos Atos Administrativos, assinale a alternativa **correta**.

(A) Imperatividade, presunção de legitimidade e autoexecutoriedade são elementos do ato administrativo.

(B) O desvio de finalidade é um vício subjetivo e depende de manifestação do Poder Judiciário para ser reconhecido.

(C) Todo ato administrativo que tem motivo também tem motivação.

(D) Forma é a alteração no mundo jurídico que o ato administrativo se propõe a processar.

(E) A competência, um dos elementos do ato administrativo, é inderrogável e improrrogável.

10. (VUNESP - 2022)

Assinale a alternativa que contempla somente atos administrativos ordinatórios.

(A) Licença, permissão, regimento e portarias.

(B) Atestado, apostila, visto e ofício.

(C) Aviso, circular, despacho e ordem de serviço.

(D) Resolução, decreto, despacho e aviso.

(E) Autorização, deliberação, regimento e ofício.

11. (VUNESP - 2022)

Embora a lei seja o parâmetro para as decisões do servidor público, não é capaz de prever todas as situações práticas possíveis e a conduta a ser tomada. Nesses casos, o servidor público deve agir de acordo com o interesse público, realizando juízo de valor. Assinale alternativa que corresponda à denominação do ato administrativo expedido nessas circunstâncias.

(A) Discricionário.

(B) Vinculado.

(C) Solene.

(D) Legítimo.

(E) Imperfeito.



ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

1. (VUNESP - 2022)

Em relação aos diversos tipos de classificações de matérias, é correto afirmar que

- (A) reparados são os materiais que, com ou sem uso, não mais satisfazem o mercado.
- (B) por periculosidade são aqueles que têm movimentação em determinados períodos ou determinadas épocas.
- (C) obsoletos são aqueles que sofreram alguma modificação, podendo ser novamente utilizados.
- (D) materiais de demanda eventual são aqueles que podem oferecer risco à segurança no manuseio, transporte e na armazenagem.
- (E) antieconômicos são os materiais que apresentam manutenção onerosa ou o seu rendimento precário, em função de uso prolongado.

2. (VUNESP - 2025)

Com vistas a planejar a demanda e evitar a falta de itens essenciais para o desenvolvimento de seus serviços, um hospital público realiza a gestão de estoques classificando os materiais de acordo com a importância operacional, considerando-se o grau de criticidade ou imprescindibilidade. Esse método de classificação de materiais é denominado

- (A) ABC.
- (B) XYZ.
- (C) PQR.
- (D) 123.
- (E) JIT.

3. (VUNESP - 2023)

Dentre as boas práticas adotadas pelo agente de administração escolar no que se refere à gestão de suprimentos pode-se citar

- (A) optar por comprar marcas mais conhecidas no mercado, independentemente do preço.
- (B) adquirir materiais sem a verificação das normas de qualidade ou selo do Inmetro.
- (C) criar rotinas de supervisão e checagem, verificando a real necessidade de compra dos materiais.

(D) comprar grande quantidade de materiais, de forma antecipada, para garantir preço.

(E) ignorar as políticas e diretrizes para aquisição dos materiais ao detectar a falta de estoque.

4. (VUNESP - 2023)

O pallet que apresenta como um de seus benefícios a não absorção da umidade, facilitando o transporte de bebidas e alimentos é o

- (A) descartável.
- (B) de metal.
- (C) longarina.
- (D) de madeira.
- (E) de plástico.

5. (VUNESP - 2023)

Um novo sistema de vigilância passou a monitorar 100% das áreas fronteiriças com menor emprego de recursos, representando um desempenho

- (A) apenas eficaz.
- (B) apenas eficiente.
- (C) eficaz e efetivo.
- (D) eficaz e eficiente.
- (E) apenas efetivo.

6. (VUNESP - 2022)

Leia o trecho da notícia a seguir e responda ao que se pede.

89% das empresas não recebem apoio financeiro para inovação

Segundo dados da Confederação Nacional da Indústria, 89% das empresas têm que custear por conta própria seus programas de pesquisa e desenvolvimento de projetos ligados à inovação. Entre as 196 empresas ouvidas, apenas 10% receberam investimentos de instituições públicas, e 3%, de instituições particulares. Mesmo com a falta de investimentos, a pesquisa indica que cresceu em 5% a fatia de empresas que desenvolveram novos processos ou produtos em 2020 em comparação com 2019.

(LinkedIn Notícias, 2022)

AMOSTRA

Do ponto de vista do estado gerencialista, é **correto** afirmar:

- (A) a capacidade de promover inovações cabe aos entes não governamentais, devendo o Estado abdicar de qualquer ação realizada nesse sentido.
- (B) na perspectiva estratégica, como projetos de inovação não são atividades exclusivas do Estado, o financiamento governamental para empresas é proibido por lei.
- (C) considerando os impactos socioeconômicos e ambientais promovidos por inovações, cabe ao Estado estabelecer políticas de financiamento para empresas privadas.
- (D) uma política fiscal alinhada aos princípios gerencialistas considera essa influência nas atividades empresariais algo benéfico, desde que realizada por meio de chamamentos públicos.
- (E) o foco nos resultados preconizado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado visa eliminar políticas de financiamento para empresas privadas.

7. (VUNESP - 2022)

Há situações em que a necessidade de departamentalização decorre somente do limite do gestor para comandar. Nesse caso, as unidades são formadas considerando-se o número máximo de pessoas que o gestor pode coordenar eficientemente.

O parágrafo acima refere-se à departamentalização por

- (A) clientes.
- (B) processo.
- (C) amplitude de controle.
- (D) produtos ou serviços.
- (E) localização geográfica.

8. (VUNESP - 2026)

No ambiente de trabalho, seja ele público ou privado, lideranças e liderados podem relacionar-se em redes formais e/ou informais.

Um exemplo da manifestação da rede informal diz respeito

- (A) à comunicação entre pessoas de diferentes departamentos pelos corredores.
- (B) ao encaminhamento de um ofício a outro órgão.
- (C) ao recebimento de um orçamento por meio do e-mail corporativo.

(D) à convocação de reunião para ser realizada no mesmo dia.

(E) ao uso de dispositivos de videochamada.

9. (VUNESP - 2025)

Com relação à comunicação interpessoal, é **correto** afirmar que

- (A) é a única forma de comunicação verbal no ambiente de trabalho que promove a troca de informações entre duas ou mais pessoas.
- (B) admite a possibilidade de comunicação não verbal, desde que ocorra por meio de telefones celulares e aplicativos de mensagens.
- (C) é o método de comunicação que promove a troca de informações entre duas ou mais pessoas.
- (D) é um tipo de comunicação verbal que somente poderá ser implementado por meio de mensagens padronizadas.
- (E) é considerada uma falha na comunicação coletiva, pois impede que as pessoas se comuniquem livremente.

10. (VUNESP - 2024)

As barreiras da comunicação fazem com que as mensagens sejam mal repassadas, distorcidas ou interrompidas. Ao se utilizarem termos técnicos em um atendimento, é provável que o usuário não tenha as suas dúvidas esclarecidas. Esse exemplo refere-se à barreira

- (A) de percepção seletiva.
- (B) psicológica.
- (C) de filtragem.
- (D) semântica.
- (E) de sobrecarga de informação.

11. (VUNESP - 2023)

Das alternativas apresentadas, assinale a que aponta uma contribuição para a eficácia da comunicação interpessoal.

- (A) Estar atento às “entrelinhas”, uma vez que nem sempre o outro diz tudo com palavras.
- (B) Exaltar-se quando as ideias de outros são contrárias às suas convicções.
- (C) Ser prolixo em situações que for necessário emitir uma opinião profissional.
- (D) Voltar-se para si mesmo, desconsiderando a reação das outras pessoas.
- (E) Rejeitar um pedido de desculpas, por considerar que não foi externado de forma sincera.



DIREITO PENAL

1. (VUNESP - 2021)

É característica da lei excepcional ou temporária (A) aplicar-se aos fatos praticados durante sua vigência, ainda que já decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.

(B) permitir que lei penal mais benéfica, que lhe seja posterior, aplique-se aos fatos excepcionais praticados durante sua vigência.

(C) permitir que lei penal mais gravosa, que lhe seja posterior, aplique-se aos fatos excepcionais praticados durante sua vigência.

(D) ter efeito ultrativo, regulando fatos praticados depois do seu período de duração ou depois de cessadas as circunstâncias que a determinaram.

2. (VUNESP - 2022)

Imagine que, a partir de Milão, um hacker invada os sistemas computacionais de um hospital localizado na cidade do Rio de Janeiro e altere, com dolo de matar, a prescrição de medicamentos de um internado, aumentando a dose de um remédio para patamar que até seria aceitável a outros pacientes, mas que para aquele determinado paciente é fatal. Uma enfermeira cumpre à risca a prescrição sem desconfiar da alteração, o que causa a morte do internado. Diante da hipótese narrada, assinale a alternativa correta.

(A) Ainda que a conduta da enfermeira não seja penalmente relevante o lugar do crime é o Rio de Janeiro, sendo incorreto afirmar que seja Milão.

(B) A definição do lugar do crime depende da responsabilização (ou não), no caso concreto, da enfermeira.

(C) O lugar do crime, para a Lei Penal, é determinado unicamente pelo lugar do resultado, donde se conclui que o crime ocorreu no Rio de Janeiro.

(D) O crime ocorreu tanto em Milão como no Rio de Janeiro.

(E) O lugar do crime é unicamente Milão, tendo em vista que a ação da enfermeira não pode ser considerada conduta à luz do Direito Penal.

3. (VUNESP - 2022)

A Extraterritorialidade do art. 7º do CP é fenômeno que

(A) considera o crime praticado tanto no local da ação quanto no local do resultado.

(B) estabelece que a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

(C) autoriza a aplicação da lei penal estrangeira a determinados fatos praticados no território nacional.

(D) considera como território nacional o mar territorial e seu respectivo espaço aéreo.

(E) prescreve a aplicação da lei penal brasileira a determinados fatos cometidos fora do território nacional.

4. (VUNESP - 2022)

Aplica-se a lei penal brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional e, independentemente de qualquer condição, ao crime

(A) praticado por brasileiro em território estrangeiro.

(B) praticado em aeronave privada brasileira, em função privada, pousada em território estrangeiro.

(C) praticado a bordo de aeronave estrangeira de propriedade privada, em voo no nosso espaço aéreo.

(D) cometido por estrangeiro contra brasileiro, fora do nosso território.

(E) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.

AMOSTRA

5. (VUNESP - 2021)

De acordo com o art. 7º do CP, ficam sujeitos à lei penal brasileira, embora cometidos no estrangeiro, ainda que o agente seja absolvido ou condenado no estrangeiro, os crimes

- (A) que, por tratado, o Brasil se obrigou a reprimir.
- (B) que, por convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- (C) praticados por brasileiros.
- (D) de genocídio, quando o agente for domiciliado no Brasil.

6. (VUNESP - 2023)

Imagine que, pelo mesmo fato e crime, acusado fora condenado no Brasil à pena de 4 anos e no estrangeiro à pena de 3 anos, ambas transitadas em julgado. Depois de ter cumprido 2 anos de pena no estrangeiro, o acusado foge e é capturado no Brasil. Aqui, cumprirá mais

- (A) 5 anos.
- (B) 1 ano, mas apenas se homologado o cumprimento da sentença estrangeira ao Brasil.
- (C) 2 anos.
- (D) 4 anos.
- (E) 1 ano.

7. (VUNESP - 2022)

Mévia e Pietra são amigas e cada uma delas tem um filho, de 4 anos. As crianças estudam na mesma escola e, como Pietra estava doente, permitiu que Mévia levasse seu filho a festa de aniversário de um amiguinho em comum. Logo que chegou, Mévia achou o salão de festas inadequado para crianças de 4 anos e passou a monitorar, de perto, as atividades das crianças. Passado uma hora da festa e, após beber algumas taças de espumante, Mévia esqueceu que tinha levado o filho de Pietra para a festa e, justamente por achar o espaço inadequado, foi embora, com o próprio filho, esquecendo, contudo, a outra criança. A criança, que ficou sozinha, sem a vigilância de quem quer que seja, acabou caindo em um dos brinquedos, vindo a óbito. Diante da situação hipotética e, delimitando a questão às regras relacionadas à relevância da omissão (art. 13, parágrafo 2º, do CP), assinale a alternativa **correta**:

(A) Mévia, não sendo a mãe da criança, não tinha, por lei, o dever de garante, não podendo a ela se imputar o resultado morte, a título de omissão imprópria.

(B) Mévia, ao se comprometer por levar a criança à festa de aniversário, assumiu o dever de garante, podendo a ela ser imputado o resultado morte, a título de omissão imprópria.

(C) Mévia, embora tenha o dever de garante, por se comprometer a levar a criança à festa, não tinha como prever e, por conseguinte, evitar o resultado, decorrente de uma fatalidade, não podendo a ela imputar a morte, a título de omissão imprópria.

(D) Mévia, embora tenha o dever de garante, por se comprometer a levar a criança à festa, em razão da ingestão do álcool, não tinha como prever ou mesmo evitar o resultado, não podendo a ela imputar a morte, a título de omissão imprópria.

(E) Mévia, não responde pelo resultado morte da criança, à título de omissão imprópria, pois o tipo penal do homicídio só se realiza por conduta comissiva ou decorrente de conduta omissiva própria.

8. (VUNESP - 2021)

Nos termos do quanto expressamente determina o art. 18 do CP, o crime é

(A) doloso, quando o agente tinha intenção de praticar a ação ou a omissão.

(B) doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

(C) culposo, quando o agente não tinha intenção de produzir o resultado.

(D) culposo, quando o agente assumiu deliberadamente o risco de produzir o resultado.

(E) preterdoloso, quando o agente visa produzir um resultado e, por imperícia, advém outro.

9. (VUNESP - 2021)

A respeito do delito culposo, é **correto** afirmar que

(A) admite a compensação de culpas.

(B) a culpa pode ser presumida.

(C) é possível a concorrência de culpas.

(D) admite a coautoria e a participação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (VUNESP - 2024)

De acordo com o art. 13-A do Código de Processo Penal (CPP), nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A, no § 3º do art. 158, no art. 159 do Código Penal e no art. 239 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o membro do Ministério Público ou o Delegado de Polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada,

- (A) dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos.
- (B) dados que permitam identificar o posicionamento da estação de cobertura, setorização e intensidade de radiofrequência de aparelho celular de titularidade da vítima ou de investigados.
- (C) extratos bancários de investigados, relativos a período não superior a 6 meses.
- (D) interceptação de comunicação telemática – “e-mail” e aplicativos de troca de mensagens.
- (E) interceptação de ligações telefônicas de aparelhos fixos ou celulares.

2. (VUNESP - 2024)

A respeito das características do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) Com exceção dos crimes processáveis por ação penal privada, para todos os demais, o inquérito policial é indispensável.
- (B) O inquérito policial, por expressa exigência legal, deve ser escrito, razão pela qual outras formas de documentação de atos, como a gravação de som e/ou imagem na oitiva de suspeitos, testemunhas, por meio de sistema audiovisual, não são aceitas.
- (C) O inquérito policial, nos crimes de ação penal pública incondicionada e condicionada à representação, pode ser instaurado, de ofício, pela Autoridade Policial.

(D) Uma vez instaurado, o inquérito policial é indisponível para a Autoridade Policial, não podendo arquivá-lo, ainda que entenda pela inexistência de justa causa para a sua continuidade.

(E) O inquérito policial é público, constando de atestado de antecedentes em nome de investigados.

3. (VUNESP - 2023)

Nos crimes de ação penal privada, o Inquérito Policial se iniciará:

- (A) a requerimento do ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo.
- (B) por requisição do Ministério Público ou da Autoridade Judicial.
- (C) de ofício, pela Autoridade Policial, quando tomar conhecimento da prática delitiva.
- (D) a requerimento de qualquer do povo, competindo à Autoridade Policial, verificada a procedência, determinar a instauração.
- (E) não há previsão de inquérito policial, pois os crimes de ação penal privada processam-se por queixa, perante a Autoridade Judicial.

4. (VUNESP - 2023)

Assinale a alternativa que apresenta o ato.

Ato probatório no inquérito policial que é expressamente vedado caso, para sua realização, haja ofensa à moralidade ou ordem pública.

- (A) Apreensão de objetos.
- (B) Reprodução simulada dos fatos.
- (C) Acareação entre acusado e vítima.
- (D) Juntada de vídeos ou fotos.
- (E) Acareação entre acusados.

AMOSTRA

5. (VUNESP - 2023)

Os dados e informações cadastrais de vítimas e suspeitos constantes de órgãos do poder público, bem como de empresas de iniciativa privada, de acordo com o art. 13-A do CPP, podem ser diretamente requisitados pelo Delegado de Polícia no curso de inquérito policial?

- (A) Sim, para todos os crimes, vedado o acesso aos dados em caso de contravenção.
- (B) Sim, mas os órgãos do poder público bem como as empresas de iniciativa privada devem remeter as informações para a autoridade judicial.
- (C) Sim, desde que haja prévia autorização do Ministério Público.
- (D) Não, tendo em vista a reserva de jurisdição em tal matéria.
- (E) Sim, mas apenas caso digam respeito a determinados crimes.

6. (VUNESP - 2023)

Com relação ao inquérito policial, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito mediante requisição do ofendido ou da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- (B) A lei processual penal não prevê prazo para término do inquérito quando o indiciado estiver solto.
- (C) É irrecorrível o despacho que indefere o requerimento de abertura do inquérito policial.
- (D) A reprodução simulada dos fatos não será realizada, apenas, em duas hipóteses: se não for útil ao esclarecimento dos fatos ou se ofender à ordem pública.
- (E) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

7. (VUNESP - 2022)

Nos termos do art. 12 do CPP, quando do oferecimento da queixa-crime, o inquérito policial

- (A) acompanhará a queixa, sempre que servir de base a ela.
- (B) deverá ser arquivado, tendo em vista a dispensabilidade de tal peça administrativa.
- (C) permanecerá em sede policial, a fim de que se procedam a novas pesquisas, se de outras provas houver notícia.

(D) seguirá com a queixa, mas ficará acautelado em cartório, tendo em vista que não pode servir de base a condenação em sede judicial.

(E) apenas poderá embasar a queixa se houver sido produzido mediante contraditório.

8. (VUNESP - 2022)

Entre outras providências, nos exatos termos do art. 6o do CPP, logo que tiver conhecimento da prática de infração penal, a autoridade policial deverá

- (A) apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
- (B) colher as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias, dispensando os indícios de menor importância.
- (C) comunicar à Defensoria Pública para que, querendo, acompanhe os atos de Polícia Judiciária, ainda que o acusado já tenha indicado defensor.
- (D) indagar à vítima e ao acusado se desejam que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias para, assim, determinar sua realização.
- (E) determinar que policial de sua confiança se dirija ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.

9. (VUNESP - 2022)

De acordo com o art. 15 do CPP, se o indiciado por fato objeto investigado em inquérito policial for menor

- (A) ser-lhe-á nomeado curador pela autoridade policial.
- (B) o Conselho Tutelar deverá acompanhar os atos procedimentais.
- (C) os pais ou responsáveis pelo menor deverão acompanhar os atos procedimentais.
- (D) não se poderá seguir na investigação, devendo os autos serem remetidos ao Ministério Público responsável.
- (E) não se poderá seguir na investigação, devendo ser comunicada a Vara da Infância e Juventude para as providências cabíveis.

DIREITO CIVIL

1. (VUNESP - 2024)

A afirmação de que, para ter início a personalidade, exige-se o nascimento com vida, sendo ressaltados, contudo, os direitos patrimoniais do nascituro antes da concepção, refere-se, de acordo com o atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, à teoria

- (A) concepcionista.
- (B) natalista.
- (C) personalidade condicional.
- (D) pura.
- (E) moderada.

2. (VUNESP - 2022)

O Código Civil em seu art. 6º preceitua que “a existência de pessoa natural termina com a morte”. Qual o nome do instituto jurídico presente no art. 8º do Código Civil que admite a morte simultânea de dois ou mais indivíduos em um mesmo momento, quando não se pode provar quem faleceu primeiro?

- (A) Morte súbita.
- (B) Primoriência.
- (C) Docimásia da agonia.
- (D) Premoriência.
- (E) Comoriência.

3. (VUNESP - 2026)

Assinale a alternativa correta.

- (A) Na disciplina do Código Civil, a pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, instituidores ou administradores; porém, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte ou do Ministério Público, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados ou não pelo abuso.

(B) De acordo com o Código Civil, para que se possa alterar o estatuto de fundação privada, é mister que a reforma, dentre outros requisitos, seja aprovada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de trinta dias, findo o qual, ou no caso de o Ministério Público a denegar, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

(C) A repristinação tácita não é admitida no ordenamento jurídico brasileiro; salvo disposição em contrário, a lei revogada não tem a sua eficácia restaurada por ter a lei revogadora perdido a vigência ou sido declarada inconstitucional em sede de controle abstrato de constitucionalidade.

(D) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a responsabilização pessoal do gestor público por suas decisões administrativas depende da demonstração do elemento subjetivo dolo, devendo ser avaliadas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

(E) Os direitos da personalidade prestam-se à tutela da dignidade humana, não estão previstos em rol taxativo, são intransmissíveis, irrenunciáveis, oponíveis erga omnes e não estão sujeitos à prescrição. O STJ aceita, porém, que o exercício de alguns direitos da personalidade sofra limitação voluntária, desde que, entre outras condições, não seja permanente nem geral.

4. (VUNESP - 2024)

Caio, portador de uma doença autoimune, preocupado com o seu futuro, decide escrever uma declaração na qual estabelece que, após a sua morte, tem o desejo de doar seus órgãos para serem expostos no museu de anatomia “Corpo Humano”.

AMOSTRA

Acerca da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A declaração de Caio não é válida uma vez que é necessário o objetivo científico para a disposição do próprio corpo.
- (B) Caio poderá revogar a declaração desde que no prazo de trinta dias da data da sua elaboração.
- (C) A família de Caio poderá, após a sua morte, impedir a doação de seus órgãos.
- (D) A declaração, para ter validade, deveria ter sido registrada em cartório de notas.
- (E) É válida a doação para uma pessoa jurídica específica e pré-determinada desde que seja gratuita.

5. (VUNESP - 2023)

Lucas, residente no Brasil, embarcou em uma viagem para o exterior sem deixar notícias sobre seu paradeiro. Ele estava desaparecido por mais de um ano e sua esposa, seus pais e sua irmã não tinham informações sobre seu estado. Diante dessa situação, sua irmã, Ana, decidiu solicitar a declaração de ausência de Lucas para que fosse nomeado um curador para administrar seus bens. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O curador nomeado terá a responsabilidade de gerir os bens de Lucas e, após 3 anos de administração, poderá requerer a sucessão definitiva.
- (B) Ana será nomeada curadora, uma vez que foi ela quem requereu a declaração de ausência.
- (C) Os bens de Lucas serão imediatamente transferidos para Ana para garantir sua administração adequada.
- (D) Decorrido o prazo de seis meses da arrecadação dos bens de Lucas, e não havendo interessados na sucessão provisória, cumpre ao Ministério Público requerê-la ao juízo competente.
- (E) Decorrido o prazo legal, os credores de obrigações vencidas e não pagas poderão requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.

6. (VUNESP - 2021)

Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente que não deixou representante ou procurador, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão. É **correto** afirmar que somente se consideram interessados

- (A) os colaterais até o terceiro grau.
- (B) os credores de obrigações vincendas.
- (C) os que tiverem sobre os bens do ausente direito, independentemente de sua morte.
- (D) os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários.

7. (VUNESP - 2025)

A empresa de Reciclagem RRR, empreendimento de economia solidária, sofreu uma auditoria externa promovida por sua nova diretoria. Ao final da auditoria, foi descoberto que o seu ato constitutivo, registrado na Junta Comercial há quatro anos, tinha um defeito. Um dos novos diretores, ao tomar ciência da falha, pretende requerer judicialmente a anulação da constituição da empresa de reciclagem RRR, alegando defeito do ato constitutivo.

Diante da situação hipotética e do disposto no Código Civil, Lei nº 10.406/2002 e suas atualizações, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A empresa de Reciclagem RRR não é uma pessoa jurídica de direito privado e, portanto, não se submete às regras de registro na Junta Comercial, bastando autorização do Poder Executivo para o seu funcionamento.
- (B) A contagem do prazo prescricional de cinco anos para anulação do ato constitutivo da empresa de Reciclagem RRR somente se inicia após ciência do vício pela parte interessada.
- (C) O defeito torna a Cooperativa de Reciclagem RRR inexistente, razão pela qual não há prazo para se alegar o vício.
- (D) O ato constitutivo da empresa de Reciclagem RRR pode ser anulado a qualquer tempo, pois trata-se de nulidade absoluta que não se submete a prazo decadencial.
- (E) A anulação da constituição da empresa de Reciclagem RRR somente poderia ter sido pleiteada no prazo decadencial de três anos contados da publicação da inscrição no registro.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (VUNESP - 2022)

De acordo com o entendimento doutrinário atual, assinale a alternativa que indica o princípio geral do processo civil e sua explicação correspondente.

- (A) Acesso à justiça – condições mínimas que o processo deve conter para lidar com a afirmação de uma situação de ameaça ou lesão a direito.
- (B) Juiz natural – ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- (C) Devido processo legal – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- (D) Duplo grau de jurisdição – necessidade de toda e qualquer decisão judicial ser explicada, fundamentada e justificada pelo magistrado que a proferiu, levando em conta o direito aplicável e as vicissitudes do caso concreto.
- (E) Assistência jurídica integral e gratuita – embora não previsto expressamente na Constituição Federal, corresponde ao dever de promover a igualdade de condições de manifestação ao longo do processo, criando condições para que essa igualdade seja efetivamente exercitada.

2. (VUNESP - 2022)

Na relação jurídica, são pressupostos processuais

- (A) de existência, a petição inicial apta, a imparcialidade do juiz, a capacidade postulatória e a legitimação para o processo.
- (B) de validade do processo, a demanda, jurisdição e citação.
- (C) negativos, tais como a perempção, a litispendência, a coisa julgada e a convenção de arbitragem.
- (D) a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade e o interesse de agir.
- (E) a legitimidade e o interesse de agir, apenas.

3. (VUNESP - 2025)

Luana, residente em Campinas, celebrou um contrato de compra e venda, sem cláusula de eleição de foro, para comprar uma motocicleta de Henrique, residente em Jundiaí. Uma semana após a entrega do veículo, Luana descobre um vício que impede o correto funcionamento da moto. Diante da impossibilidade de solução amigável, Luana ingressa com ação de resolução contratual em Itatiba, cidade com a qual nenhuma das partes tem qualquer vínculo pessoal, comercial ou contratual.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Trata-se de situação chamada de juízo aleatório, na qual é violado o princípio do juiz natural e, portanto, a ação deve ser extinta, sem resolução do mérito.
- (B) Trata-se de situação de prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício.
- (C) Por se tratar de competência relativa, em razão do território, Luana pode propor a ação em qualquer foro de sua escolha.
- (D) Por se tratar de competência relativa, Henrique deverá suscitar a incompetência do juízo na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos, por meio de petição autônoma.
- (E) A incompetência pode ser alegada a qualquer momento, mas não pode ser declarada de ofício, uma vez que é relativa.

4. (VUNESP - 2024)

João Paulo, brasileiro e domiciliado em São Paulo – SP, após realizar aposta em jogo virtual divulgado por influenciador na internet, sente-se lesado sob o argumento de que em nenhum momento o aplicativo ou o influenciador que divulgou o jogo informaram a ele adequadamente a respeito dos riscos e probabilidades de perdas envolvidos na aposta. O influenciador é brasileiro, mas domiciliado em Miami-EUA. Já a empresa dona do aplicativo utilizado para o jogo tem a sua sede administrativa em Londres, no Reino Unido, e todos

AMOSTRA

os servidores e equipes operacionais localizados em Bucareste, na Romênia, não contando com representantes legais no Brasil.

A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar com base no Código de Processo Civil que

(A) compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar ações decorrentes de relações de consumo quando o consumidor, como no caso, tiver domicílio no Brasil.

(B) João Paulo terá de ingressar com ação judicial na justiça do estado americano da Flórida, para possibilitar a discussão de eventual responsabilidade do influenciador.

(C) não pode haver responsabilização do influenciador por falha na prestação de informações, por ser este um mero prestador de serviços contratado pela empresa londrina.

(D) a justiça brasileira poderá ser acionada por João Paulo contra o influenciador, em razão da nacionalidade brasileira do réu e também do autor da ação.

(E) não cabe à autoridade judiciária brasileira processar e julgar ações como as do caso, movidas contra réus domiciliados no exterior por fatos ocorridos no exterior.

5. (VUNESP - 2023)

José, portador de uma doença grave, precisa urgentemente da realização de uma cirurgia não custeada pelo seu plano de saúde. João, seu primo e advogado, decide propor uma tutela provisória fundamentada na urgência para custeio da cirurgia. Ocorre que, no momento da propositura, João se confundiu e ao invés de propor a ação perante a vara cível da comarca onde José reside, propôs a ação perante a vara trabalhista da mesma comarca.

Diante da situação hipotética, é **correto** afirmar que

(A) se o plano de saúde não alegar a incompetência em preliminar de contestação, prorrogar-se-á a competência.

(B) a incompetência pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, mas não pode ser declarada de ofício pelo juiz.

(C) após a manifestação de José acerca da incompetência alegada pelo plano de saúde, o juiz decidirá a alegação de incompetência em até 5 (cinco) dias.

(D) salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.

(E) por se tratar de incompetência absoluta, deve ser arguida por meio de exceção de incompetência.

6. (VUNESP - 2022)

No caso em que a parte ré deixe de alegar, em preliminar de contestação, a incompetência relativa do foro, trata-se de prorrogação de competência

(A) voluntária expressa.

(B) voluntária tácita.

(C) judicial.

(D) legal.

7. (VUNESP - 2022)

A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu. No entanto, será proposta no domicílio do autor

(A) se o réu tiver mais de um domicílio.

(B) ou onde for encontrado, se o réu tiver domicílio incerto ou desconhecido.

(C) se o réu e o autor não tiverem domicílio ou residência no Brasil.

(D) havendo dois ou mais réus com diferentes domicílios.

(E) no caso de execução fiscal, em razão da prerrogativa da Fazenda Pública.

8. (VUNESP - 2024)

Ação reivindicatória ajuizada em face de apenas um dos cônjuges casado sob o regime da comunhão de bens. Após a regular tramitação do processo, o pedido é julgado improcedente. Diante desta circunstância, assinale a alternativa correta.

(A) A nulidade é relativa, bastando que o juiz determine a citação do outro cônjuge no início do respectivo cumprimento de sentença.

(B) Consoante as regras do CPC em vigor, não se trata de litisconsórcio necessário e, portanto, não há nulidade alguma.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

